

MAURY ÂNGELO BOTTESINI

MAURO CONTI MACHADO

Lei dos Planos e Seguros de Saúde

COMENTADA

Artigo por Artigo

3ª edição

revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Ana Caquetti / Rodrigo Lippi

- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 3ª edição.

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B769L

Bottesini, Maury Ângelo

Lei dos planos e seguros de saúde comentada : artigo por artigo / Maury Ângelo Bottesini. Mauro Conti Machado. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6129-9

1. Brasil. [Lei n. 9.656, de 3 de junho de 1998]. 2. Seguro-saúde – Legislação – Brasil . 3. Assistência médica – Brasil. I. Machado, Mauro Conti. II. Título.

SUMÁRIO

TÁBUA DE ABREVIATURAS	XXV
-----------------------------	-----

Parte I

**LEI DOS PLANOS
E SEGUROS DE SAÚDE
Lei 9.656, de 03.06.1998**

Art. 1º	1
1. Uma indispensável nota introdutória	2
2. Os precursores: seguro-hospital, as cooperativas e o Sistema Uni-med	4
3. O mercado e as tentativas de sua disciplina	5
4. O campo de abrangência	7
5. O produto Plano Privado de Assistência à Saúde	16
6. Outras modalidades de <i>produto, serviço e contrato</i>	19
7. A saúde como direito constitucional no Brasil	19
8. O empresário da saúde	26
9. A carteira de titulares de planos e seguros	30
10. A cobertura financeira e as outras coberturas autorizadas	32
11. O controle sobre as operadoras e seguradoras	32
Doutrina	35
Jurisprudência	38
Arts. 2º a 7º	41
1. A supressão dos dispositivos	41
Doutrina	44

Art. 8º	45
1. As entidades de autogestão, sua autorização e seus registros.....	48
2. O registro nos Conselhos Regionais específicos.	52
Doutrina	52
Jurisprudência	53
Art. 9º	54
1. As condições para o registro do produto na fase de transição	55
2. A flexibilidade dos prazos	56
3. A provisoriedade dos registros dos produtos.....	56
Doutrina	58
Jurisprudência	58
Art. 10	59
1. A lista da Organização Mundial da Saúde	65
2. As exceções à obrigatoriedade da oferta do plano básico.....	66
3. As exceções da cobertura básica do plano-referência: tratamentos experimentais.....	67
4. Outras exclusões do plano-referência: tratamentos estéticos	68
5. A inseminação artificial, a obesidade mórbida e os resultados esté- ticos	69
6. Órteses e próteses	73
7. A limitação de internação em UTI e CTI	74
8. A exclusão do uso de medicamentos e materiais importados.....	74
9. A regulamentação da ANS em matéria de cobertura básica	76
10. A regulamentação da ANS em matéria de transtornos psiquiátri- cos	77
11. A regulamentação de transplantes e as normas das resoluções.....	78
Doutrina	80
Jurisprudência	81
Art. 10-A	84
1. As razões que impõem a cobertura indispensável de reconstrução dos órgãos	85
2. A natureza da cirurgia reconstrutiva: obrigação de meios ou de resultados	85
3. A substituição de próteses restauradoras e manutenção corretiva do tratamento.....	86

Doutrina	87
Jurisprudência	87
Art. 11	89
1. As definições indispensáveis e sua limitação prática	90
2. O dever de informação e a boa-fé dos contratantes	92
3. A violação do dever de informação e da boa-fé dos contratantes... .	94
4. A preclusão do direito de alegar preexistência	96
5. A obrigação das operadoras e seguradoras de dar alternativas e soluções	97
6. As consequências das soluções possíveis: a cobertura parcial	98
7. A opção pelo agravo como solução alternativa	99
8. O ônus de provar o conhecimento da preexistência das doenças... .	100
Doutrina	100
Jurisprudência	101
Art. 12	103
1. Coberturas parciais e coberturas temporárias	107
2. Urgência, emergência e o estado de perigo	109
3. Os produtos combinados	111
4. O produto e alguns elementos dele especificados nas resoluções... .	112
5. A cobertura dos tratamentos hemoterápicos	113
6. A cobertura para os partos, para o recém-nascido e para os adotados menores de idade	116
7. A portabilidade – Carências e outros direitos dos titulares de planos e seguros	117
8. Tratamentos oncológicos, radioterápicos, quimioterápicos e complementares a estes	118
9. A lei que se forma a partir da jurisprudência – “Judicialização” e “constitucionalização” da saúde	122
Doutrina	124
Jurisprudência	127
Art. 13	132
1. Mora do usuário e o restabelecimento do pacto	133
2. Outras causas legítimas para o fim do contrato	134
3. A remissão como causa de desfazimento do vínculo contratual... .	135
Doutrina	137
Jurisprudência	138

Art. 14	142
1. Os planos e seguros para deficiente	143
2. Nascimentos e doenças congênitas	143
Doutrina	144
Jurisprudência	144
Art. 15	146
1. A exceção para os maiores de 60 anos e sua vigência	152
2. Os dependentes dos consumidores com mais de 60 anos	153
Doutrina	155
Jurisprudência	155
Art. 16	158
1. As alterações contratuais introduzidas por lei ou resoluções	160
2. A simplicidade da linguagem do texto do artigo	160
3. As franquias e os limites da participação financeira	161
Doutrina	162
Jurisprudência	163
Art. 17	164
1. A vinculação dos contratados e referenciados como objetivo do legislador	166
2. A prévia comunicação aos usuários das modificações dos credenciados	167
3. A substituição de entidade hospitalar	167
4. O que é equivalente e quem o define	168
5. A substituição de credenciados como causa da resolução do contrato	168
Doutrina	170
Jurisprudência	171
Art. 17-A	174
1. As relações das operadoras com as prestadoras de serviços	175
2. A aplicação retroativa aos contratados anteriores a 24.12.2014	181
3. Os efeitos da alienação de carteiras tocante aos contratados, referenciados ou credenciados	184
Doutrina	185
Jurisprudência	186

Art. 18	187
1. A proibição da discriminação	189
Doutrina	192
Jurisprudência	192
Art. 19	194
1. A decisão administrativa da regularidade do registro	195
Doutrina	196
Art. 20	197
1. O regulamento das informações	199
Doutrina	201
Art. 21	203
1. Outros parentescos abrangidos pelo dispositivo	203
2. As razões da restrição de utilização dos recursos financeiros	206
Doutrina	207
Jurisprudência	208
Art. 22	210
1. Sociedades obrigadas a normas especiais	210
Doutrina	211
Art. 23	212
1. A insolvência em geral	215
2. As normas especiais das execuções concursais	217
3. O regulamento especial de liquidação	219
4. Os crimes falimentares como antecedentes da quebra das operadoras	220
Doutrina	221
Jurisprudência	222
Art. 24	224
1. O equilíbrio financeiro e a garantia suficiente da execução das obrigações	225
2. O controle e o acompanhamento das finanças das operadoras	226
3. As normas reguladoras da alienação de carteiras	227
Art. 24-A	230
1. A semelhança com as instituições financeiras	231

2. As exigências gerais para os administradores das operadoras	232
Jurisprudência	233
Art. 24-B	234
1. Os poderes genéricos	235
Art. 24-C	236
1. Os créditos privilegiados	237
Doutrina	239
Art. 24-D	240
1. As anormalidades próprias dos planos e seguros	241
Doutrina	244
Jurisprudência	244
Art. 25	245
1. As penas e os delitos	247
2. O processo de aplicação das penas	247
Art. 26	249
1. Os terceiros atingidos pelo dispositivo	249
Doutrina	250
Art. 27	251
1. A obsolescência dos valores das multas	251
Art. 28	253
1. A revogação do artigo	253
Art. 29	254
1. O conflito entre os dispositivos do artigo	256
Doutrina	258
Jurisprudência	259
Art. 29-A	260
1. Os comportamentos proibidos	261
Art. 30	262
1. A real extensão do dispositivo	266
2. Outros consumidores não empregados	268
3. A separação, o divórcio e a filiação	271

4. O prazo de manutenção dos direitos de filiação aos planos.	271
5. Os destinatários da proteção limitada de filiação aos planos.	272
6. Os sucessores do titular.	272
7. O plano incluído como cláusula de convenção coletiva de trabalho . . .	273
8. O termo final da filiação e de manutenção do benefício	274
9. A casuística na aplicação do art. 30 da Lei 9.656.	276
9. O efeito das sentenças judiciais a respeito da demissão de consumidores.	278
10. A exceção fora da incidência dos dispositivos do art. 30	278
Doutrina	279
Jurisprudência	280
Art. 31	283
1. O cálculo proporcional do tempo de cobertura pós-aposentadoria . . .	287
2. A disciplina dos dependentes e agregados do aposentado.	287
3. A transmissibilidade dos direitos aos dependentes e agregados do aposentado	290
4. As relações de parentesco na transmissibilidade dos direitos do aposentado	291
5. A desaposentação e a permanência do aposentado no plano de saúde	295
6. A remissão como causa do desfazimento do vínculo e exoneração da seguradora	296
Doutrina	298
Jurisprudência	299
Art. 32	303
1. Um breve apanhado a respeito do SUS	306
2. A complexidade do relacionamento entre o público e o privado na assistência à saúde	307
3. As resoluções do CONSU e da ANS para o ressarcimento ao SUS	309
4. As novidades legislativas introduzidas pelo art. 32 da Lei 9.656/1998.	311
5. O teto e o piso dos valores dos ressarcimentos ao SUS	312
Doutrina	314
Jurisprudência	317
Art. 33	320
1. A manifestação da proteção ao consumidor	320

Doutrina	320
Jurisprudência	321
Art. 34	322
1. A especialização das empresas	322
2. As espécies e definições das Operadoras de Planos de Saúde – OPSs	323
Doutrina	328
Art. 35	329
1. As datas do texto da lei	331
2. Os planos sem adaptação anteriores à lei	332
3. O regulamento das adaptações dos contratos	333
4. O resultado da aplicação das regras de adaptações dos contratos	334
Doutrina	337
Jurisprudência	337
Art. 35-A	339
1. Os poderes ilimitados do CONSU	341
Art. 35-B	345
1. O funcionamento sistemático do CONSU	346
Doutrina	346
Art. 35-C	347
1. As razões do atendimento obrigatório da urgência e da emergência	351
2. Os exemplos esclarecedores	352
Doutrina	353
Jurisprudência	353
Art. 35-D	355
1. Um sumário das penas de multa	355
Doutrina	356
Art. 35-E	357
1. As normas-princípio do direito da empresa	358
2. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.931 e a Liminar do STF	359
Doutrina	363
Jurisprudência	364

Art. 35-F	365
1. O que ficou sem regulamentação e que cabe na norma programática	367
Doutrina	370
Jurisprudência	380
Art. 35-G	382
1. A casuística de aplicação conjunta do CDC e da Lei 9.656/1998 ...	384
2. As novidades na responsabilidade das operadoras, dos médicos e de terceiros	385
3. As regras protetivas dos consumidores inobservadas na aplicação do CDC	388
4. A casuística do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da Lei 9.656/1998	390
Doutrina	391
Jurisprudência	393
Art. 35-H	397
Art. 35-I	399
1. A pretensão moralizadora	399
Doutrina	401
Jurisprudência	402
Art. 35-J	403
1. Outros consumidores não empregados	403
Doutrina	404
Jurisprudência	404
Art. 35-L	405
1. Outras hipóteses de indisponibilidade de bens	406
Doutrina	408
Jurisprudência	409
Art. 35-M	410
1. As modificações legislativas no Dec.-lei 73/1966 e a extinção do IRB	412
2. A inconstitucionalidade parcial da Lei 9.932/1999	413
Doutrina	414

Art. 36	416
1. A contradição dos dispositivos que vigoram antes de sua criação ..	416
2. As lacunas deixadas pela Lei 9.656, de 1998 – A prescrição das ações judiciais	417
3. A prescrição das ações fundadas em contratos de planos e seguros privados de assistência à saúde.	418
Doutrina	424
Jurisprudência	424

Parte II

A ADAPTAÇÃO DOS CONTRATOS DE PLANOS E SEGUROS DE ASSISTÊNCIA PRIVADA À SAÚDE ÀS NORMAS DA LEI 9.656/1998

A indispensável nota introdutória	425
1. Resolução Normativa 254, de 05.05.2011	430
1. Cuidados iniciais para entender a questão da adaptação e da migração	430
2. Glossário com as definições regulamentares	433
3. A irreversibilidade da situação depois da adaptação	440
2. Resolução Normativa 74, de 07.05.2004	444
1. Nota introdutória	444
3. Lei 10.850, de 25.03.2004	446
Art. 1º	446
1. Nota introdutória	446
2. A atividade da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS ...	448
Art. 2º	452
1. O planejamento do legislador para as adaptações dos contratos ...	453
2. Os planos individuais	455
Art. 3º	456
1. O direito de não obedecer às normas programáticas	456

Art. 4º	457
I. A vigência imediata em razão da urgência	457
Jurisprudência	458
4. Lei nº 10.741, de 01.10.2003 – Estatuto do Idoso	459
Art. 15	459
A indispensável nota introdutória	460
Doutrina	462
BIBLIOGRAFIA	465
GLOSSÁRIO	471